



ESPECIAL



ESCOLAS DE DIREITO

FORMAÇÃO DO FUTURO

MERCADO MANTÉM CRESCIMENTO CONTÍNUO

Os cursos de formação complementar na área do Direito constituem um fator de diferenciação para profissionais e para as sociedades de advogados. Em Portugal, a oferta desenvolveu-se e continua a crescer, adaptando-se às necessidades do mercado, e consolidou-se, com um destaque especial para os Legum Magister, que podem ser uma porta para a globalização.

FORMAÇÃO

**LL.M.
é fator de
diferenciação
para firmas
de advogados** • II

ENTREVISTA

Jorge Pereira da Silva Diretor da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da UCP

**“O Estado de Direito precisa
como nunca de juristas fiéis
aos seus valores tradicionais”** • VIII



FÓRUM

**Que oportunidades
proporciona
um LL.M.,
ou um mestrado
em Direito
a quem o faz?** • XII

FORMAÇÃO

LL.M. é fator de diferenciação para firmas de advogados

Sociedades de advogados portuguesas olham para estes cursos como uma forma de preparar as suas equipas para responder os desafios da atualidade. Ter um LL.M. é “claramente diferenciador” ou mesmo “fundamental”, dizem as firmas ouvidas pelo JE.

JOÃO TERESO CASIMIRO
jcasimiro@jornaleconomico.pt

Um curso de Legum Magister, ou Mestre de Leis (LL.M.), pode ser descrito como um programa em que a prática toma o lugar da teoria, conferindo aos alunos a possibilidade de ganharem experiência com assuntos reais – um fator especialmente importante para quem está prestes a ingressar no sector, mas também para os mais experientes advogados que encaram a formação como uma oportunidade para se especializarem em determinada temática.

Em Portugal é comum as firmas e sociedades de advogados terem nos seus quadros colaboradores portadores de um LL.M., conforme contam ao Jornal Económico (JE) a Antas da Cunha Ecija & Associados, a Vieira de Almeida & Associados, a Morais Leitão, a PLMJ e a Garrigues. Em todas estas firmas, o programa é entendido como um fator de diferenciação.

Inês Zenha, diretora de Recursos Humanos da PLMJ, explica que para os advogados da firma o LL.M. “é sempre um fator de diferenciação, não só pela especialização nos temas que estudaram, mas também pelas experiências que a realização do mesmo acarreta, na maioria dos casos com a passagem de um ano em ambiente puramente internacional e sujeitos a critérios de avaliação de outros sistemas de ensino. Além da questão da língua e naturalmente das redes de *networking* que são criadas durante esse período”.

Os LL.M. são muitas vezes concluídos em diferentes fases da carreira. Não obstante, a diretora de recursos humanos da PLMJ explica que aquilo que se procura nos advogados estagiários e nos advogados que concluem o curso é sempre a mesma coisa: “a capacidade para a resolução de temas complexos e inovadores na área em causa”. O contributo de uns e de outros é que é necessariamente diferente. “De quem já avançou mais na carreira espera-se que traga o *input*, a inovação e a resposta mais rápida a temas jurídicos complexos. De quem inicia agora a sua carreira, espera-se que traga consigo o conhecimento dos instrumentos que, aliados à experiência que terá na PLMJ, lhe permitirão com maior facilidade perceber a complexidade e encontrar as soluções inovadoras que o cliente ne-



INÊS ZENHA
Diretora de Recursos Humanos da PLMJ

cessita, em conjunto com os colegas mais experientes”.

Na Vieira de Almeida & Associados ter um LL.M. é considerado “fundamental”. A sociedade de advogados explica ao JE que “é importante investir e apostar em formações diferenciadoras, que, por sua vez, asseguram um fator de distinção na atratividade para as firmas de advogados que estejam sempre à procura de novos talentos”.

O LL.M. desempenha este papel, e é também uma ferramenta muito importante no direcionamento

dos futuros advogados para uma especialização dentro das próprias firmas, justifica a Vieira de Almeida & Associados.

Por outro lado, acrescenta, “é notório o desenvolvimento que uma formação pós-licenciatura exigente proporciona ao nível da maturidade académica e da própria capacidade de raciocínio jurídico”.

A opinião é partilhada pela Morais Leitão, que sublinha a importância da especialização: “queremos ter os melhores, no sentido daqueles que mais sabem”. A firma explica que todos os seus advoga-

dos “têm uma formação de base muito sólida e distinguem-se, para além do mais, por dominarem determinadas áreas específicas do Direito. Isto permite responder aos sectores com segurança e antecipação de vários temas, oferecendo uma verdadeira mais valia ao cliente”.

A sociedade de advogados faz ainda referência à “preocupação com a atualização do conhecimento, sobretudo nos dias de hoje, em que a realidade evolui tão rapidamente e o Direito é forçado a acompanhar a uma velocidade inaudita”.

Na Antas da Cunha acredita-se que numa advocacia de empresas e de negócios, o fator da especialização é absolutamente imprescindível. “A complexidade das transações e processos é de tal maneira exigente que obriga a que os advogados tenham de se centrar numa determinada área para que possam conhecer aprofundadamente todas as questões que se levantam. É humanamente impossível dominar profundamente todas as áreas”, explica a firma.

A sociedade refere ainda que ter um LL.M. não é, por si só, um “elemento decisório” na hora de recrutar, mas é “claramente diferenciador”.

No entender da Garrigues, esta especialização é “um valor acrescentado”. A firma de advogados aponta para a experiência internacional, por considerar que vai proporcionar ao aluno uma “visão e experiência internacional do direito que é essencial numa prática jurídica cada vez mais global”. A Garrigues salienta ainda que “num contexto em que os negócios estão a tornar-se, cada vez, mais complexos e sofisticados, a especialização em áreas concretas do direito é mais necessária”. ●

“É notório o desenvolvimento que uma formação pós-licenciatura exigente proporciona ao nível da maturidade académica e da própria capacidade de raciocínio jurídico”, diz fonte da VdA



CATÓLICA
FACULDADE DE DIREITO

ESCOLA DE LISBOA



CATOLICA
GOV

ADMINISTRATIVO

PARCEIRO | Sérvulo & Associados

DIREITO E GESTÃO

 CATOLICA
FACULDADE DE DIREITO
ESCOLA DE LISBOA

 CATOLICA
LISBON
SCHOOL OF BUSINESS & ECONOMICS

EMPRESARIAL

PARCEIRO | VdA - VdA Academia

CATOLICA
TAX

FISCAL

PARCEIRO | PLMJ

FORENSE

PARCEIROS | PLMJ | Sérvulo & Associados | VdA - VdA Academia

fd.lisboa.ucp.pt
mestradosdireito.sede@ucp.pt
Telefone 217 214 174

<https://www.instagram.com/direitoenacatolica/> 

<https://www.facebook.com/direitonacatolica> 

<https://www.linkedin.com/company/faculdade-de-direito-escola-de-lisboa/> 

LL.M.

Uma formação para advogados e juristas globais

Programas de LL.M. destinam-se a juristas que querem compreender o direito numa perspetiva transnacional. Católica Global School of Law e Escola de Direito da Universidade do Minho reforçam aposta.

Os programas LL.M. (Legum Magister, ou Mestre de Leis) têm um longo futuro pela frente. “Penso que iremos sentir um crescimento grande desta oferta, em resultado de uma também crescente procura”, antecipa Gonçalo Saraiva Matias, Diretor da Católica Global School of Law, ao Jornal Económico.

Na sua perspetiva, a pandemia veio mostrar a importância da globalização, da cooperação internacional, do diálogo entre todos. E isso - afirma - também atingiu o direito. “A recuperação económica, o aumento progressivo das deslocações, o investimento estrangeiro irá criar novas oportunidades para os juristas verdadeiramente globais.

A Católica Global School of Law foi pioneira na introdução dos LL.M. em Portugal e continua a liderar a oferta. Disponibiliza três programas: Advanced LL.M. in International Business Law, LL.M. Law in a European and Global Context e LL.M. Law in a Digital Economy. “Os LL.M. da Católica caracterizam-se por ser muito atuais e internacionalizados, procurando sempre as novas tendências mundiais e convidando os melhores professores em todo o mundo”, salienta Gonçalo Saraiva Matias.

Resultado? “Estamos a sentir um aumento da procura - este ano tivemos o maior número de inscritos de sempre - e esperamos bater esse recorde no próximo ano”.

Ao pioneiro LL.M. in International Business Law, lançado em 2006 e dirigido a advogados e juristas com experiência profissional, a Católica acrescentou em 2009 Law in a European and Global Context. Este programa, coordenado pelos professores Joseph H.H. Weiler (NYU) e Miguel Poiars Maduro (Instituto Universitário Europeu, Florença), destina-se a jovens juristas que querem alargar horizontes, acedendo a perspetivas europeias e transnacionais nas áreas do direito. Em 2020, a escola deu mais um passo inovador ao colocar no mercado o terceiro programa: LL.M. Law in a Digital Economy.

“É um programa altamente inovador, numa área de ponta do Direito, em que vamos visitar os diversos ramos do direito à luz da

economia digital”, explica Gonçalo Saraiva Matias. O programa está todo ele estruturado em torno do cruzamento entre direito, economia e tecnologia. Destina-se a recém-licenciados em Direito e jovens advogados e como os outros dois é integralmente lecionado em inglês. A entrada na segunda edição significa, segundo o professor, “a sua consolidação e um crescimento assinalável em número de alunos”.

Num percurso de 15 anos, a Católica Global School of Law regista para cima de 300 alunos de 45 nacionalidades diferentes. “Os programas têm tido muita aceitação

por todos os que pretendem ter uma formação global e fortemente internacionalizada. A inovação também é um forte aspecto da nossa oferta. E, claro, a empregabilidade”, diz Gonçalo Saraiva Matias. Acrescenta ainda que os alunos da escola estão a trabalhar em grandes escritórios ou instituições em todo o mundo. “A pandemia não afetou esta realidade. Na verdade - e já o tínhamos sentido em 2011 - em alturas de crise as pessoas procuram investir na sua formação porque sentem que essa é a melhor forma de superarem a crise que todos atravessamos.”

No ano letivo de 2012/2013, Portugal viu a oferta de LL.M. chegar à Universidade do Minho, numa resposta à “necessidade crescente” das empresas de “disponerem de profissionais que as apoiem devidamente no contexto dos negócios internacionais e investimento no estrangeiro”.

João Sérgio Ribeiro, Diretor do LL.M., professor da Escola de Direito da Universidade do Minho (UM) e investigador do JusGov, adianta ao JE que na UM, o LL.M. em Direito dos Negócios Europeu e Transnacional já foi concluído por cerca de 40 pessoas.

A próxima edição arranca em outubro e o formato das aulas depende da situação pandémica, estando neste momento previstas todas as possibilidades: “pode ser presencial, misto ou online”. Entre as novidades do programa estão os aspetos legais do investimento nos Estados Unidos.

A formação tem a parceria de professores de universidades de vários países - Coimbra, Católica, Nova de Lisboa (Portugal), San Pablo, Navarra (Espanha), Sun Yat-Sen, Macau (China), Goa (Índia), Agostinho Neto (Angola) - e de instituições nacionais e internacionais, como ANACOM, Sociedades de Advogados, Instituto Brasileiro de Direito Tributário e International Bureau of Fiscal Documentation (Holanda).

Os programas LL.M. Legum Magister ou Mestre de Leis são uma inovação anglo-saxónica, com grande popularidade nos Estados Unidos e no Reino Unido. Na Europa Continental entraram através da Holanda e de Portugal, onde continuam a fazer o seu percurso. ●



GONÇALO S. MATIAS
Diretor da Católica Global School of Law



JOÃO SÉRGIO RIBEIRO
Diretor do LL.M. da Universidade do Minho

Os programas LL.M. acompanham as grandes temáticas mundiais e são um trunfo para quem quer alargar horizontes e se especializar ainda mais



PARCERIA ENTRE O DIREITO E A GESTÃO

Católica Porto tem Dupla Licenciatura única no país

Depois de cinco anos chegaram ao mercado os primeiros estudantes a obter simultaneamente duas licenciaturas - em Direito e Gestão.

ALMERINDA ROMEIRA
aromeira@jornaleconomico.pt

Benedita Sousa Otto e Sofia Magalhães fazem parte da primeira formanda de licenciados com a Dupla Licenciatura em Direito e em Gestão, um programa que resulta da parceria entre duas escolas de referência da Católica Porto: a Escola de Direito e a Faculdade de Economia e Gestão.

Com o curso terminado em 2020, Benedita rapidamente iniciou a sua vida profissional numa start-up, onde deu apoio em questões legais. No início deste ano começou a trabalhar na área de consultoria fiscal como International Tax Analyst na Deloitte, em Lisboa. Já Sofia Magalhães iniciou o percurso profissional mal se licenciou, como advogada estagiária, na Uria Menendez-Proença de Carvalho, em Lisboa. Após cinco anos de estudo, mais de uma dezena de jovens concluiu em 2020 a experiência académica num pro-



RUI SOUCASAUX
Diretor da Católica Porto Business School



MANUEL FONTAINE
Diretor da Escola de Direito do Porto da Universidade Católica Portuguesa



Istock

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FDUL e ISEG lançam Mestrado em Direito e Gestão

Arranca já no próximo ano letivo 2021/2022 e é especialmente destinado a licenciados nas áreas de Direito, Gestão, Economia ou Finanças.

ALMERINDA ROMEIRA
aromeira@jornaleconomico.pt

O Mestrado em Direito e Gestão junta dois ramos do conhecimento – Direito e Gestão – e foi criado por duas escolas da Universidade de Lisboa: a Faculdade de Direito (FDUL) e o ISEG Lisbon School of Economics and Management.

O Mestrado, acreditado em 2021, para funcionar pela primeira vez no ano letivo de 2021/2022, é especialmente destinado a licenciados nas áreas de Direito, Gestão, Economia ou Finanças. Podem também candidatar-se pessoas com um currículo escolar, científico ou profissional que seja reconhecido como atestando capacidade para a realização do mestrado ou titulares de outras licenciaturas, com preparação científica adequada. As aulas são lecionadas em língua inglesa podendo candidatar-se estudantes de qualquer nacionalidade.

“Trata-se de um projeto de oferta formativa capaz de conferir um nível de qualificação diferenciado, que só pode ser obtido através da sinergia entre duas escolas de referência da Universidade de Lisboa”, explica Paula Vaz Freire, Diretora da FDUL.

O curso tem o propósito de desafiar os alunos a desenvolverem novas competências com base em casos, indo ao encontro das necessidades atuais das empresas, explica, por seu turno, Clara Raposo, presidente do ISEG: “É com grande expectativa e empenho que o ISEG se junta à Faculdade de Direito para, desta forma, gerarmos novos perfis de profissionais mais aptos para um futuro de grande exigência”.

Com o programa, os licenciados em Direito obtêm “uma formação científica de excelência e as ferramentas necessárias para compreender as necessidades, os riscos e os desafios dos seus clientes, numa perspetiva tanto de Direito como de Gestão”. Os alunos terão, assim, “uma abordagem holística e centrada no cliente”, como exigem hoje em dia os clientes das sociedades de advogados, empresas e outras instituições. Já os licenciados em Gestão, Economia e Finanças ganham a capacidade de compreender e lidar com os riscos e os desafios ju-

rídicos associados aos seus projetos profissionais.

O estabelecimento de parcerias está ainda em curso dada a acreditação recente, mas a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa confirmou ao Jornal Económico o envolvimento das seguintes empresas e instituições: FLAD – Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Uría Menéndez - Proença de Carvalho, Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva e Associados, Vieira de Almeida & Associados, Campos Ferreira, Sá Carneiro & Associados e Cuatrecasas.

O mestrado tem coordenação científica de Paulo de Sousa Mendes e José Azevedo Pereira e coordenação executiva de José Ferreira Gomes e Pedro Rino Vieira. ●



CLARA RAPOSO
Presidente do ISEG



PAULA VAZ FREIRE
Diretora da Faculdade de Direito da Univ. de Lisboa



COORDENAÇÃO CIENTÍFICA
Paulo de Sousa Mendes | FDUL
José Azevedo Pereira | ISEG

COORDENAÇÃO EXECUTIVA
José Ferreira Gomes | FDUL
Pedro Rino Vieira | ISEG

MASTER IN Law & Management

ANO LETIVO 2021/2022
CANDIDATURAS ABERTAS
ATÉ 30 JUNHO

- 🛡️ Programa integrado inovador
- 🧩 Case-based learning
- 🏆 Prémios para os 3 melhores alunos

www.lawandmanagement.pt



PARCEIROS ESTRATÉGICOS



URÍA MENÉNDEZ
PROENÇA DE CARVALHO

Campos Ferreira
Sá Carneiro
CS ASSOCIADOS



MORAISS LEITÃO
GALVÃO TELES, SOARES DA SILVA
& ASSOCIADOS

SOCIEDADES DE ADVOGADOS

Formação e personalidade são determinantes na hora de contratar

Maturidade, empatia e até mesmo um bom domínio de outros idiomas são características importantes, assim como o alinhamento com os valores da organização. Mas a formação continua a ser o principal ativo.

BIANCA MARQUES

bmarques@jornaleconomico.pt

Conseguir um emprego onde nos possamos sentir realizados é sempre um desafio e é bom saber quais os aspectos que as empresas valorizam na hora de contratar. Nas sociedades de advogados contactadas pelo Jornal Económico (JE) é dada relevância à formação, experiência profissional, fluência em diferentes idiomas e ainda às características pessoais, como maturidade e flexibilidade.

Na Uria Proença de Carvalho António Villacampa, co-sócio diretor, disse ao JE que o que a sociedade procura num bom candidato é “uma adequada combinação de competências, como bons conhecimentos de Direito e de inglês, cultura geral, capacidade para trabalhar em equipa, apreço pelo trabalho bem feito, pensamento analítico, boa capacidade de comunicação e características pessoais, a maturidade, flexibilidade, perseverança, entusiasmo, capacidade de liderança e empatia”.

“Apesar da importância de ambas as vertentes, das competências e das características pessoais, é mais fácil que o candidato adquira ao longo do tempo competências técnicas que não tem à partida (ou que não se encontram desenvolvidas na medida em que a firma pretende) do que mudar determinadas características pessoais que podem não ir ao encontro da cultura do escritório”, justifica.

Por sua vez, na VdA - Vieira de Almeida e Associados, Mafalda da Costa Pereira, coordenadora de Comunicação Corporativa sublinhou ao JE que as competências valorizadas integram “um conjunto de hard skills, com especial enfoque na formação académica, experiência profissional e fluência em diferentes idiomas”.

“A especialização em matérias específicas pode ser um fator importante para a contratação em causa, seja pelo percurso académico de formação pós-graduada e outros graus, ou pela expertise desenvolvida no âmbito profissional”, assegurou Mafalda da Costa Pereira.

Acrescenta, no entanto, que a sociedade de advogados também tem em conta “um conjunto alargado de *soft skills*” alinhado “com os valores e cultura, bem como o fit necessário para a área de especialidade” da candidatura.



Unsplash

A entrevista acaba por ser, assim, determinante para a seleção.

“A meu ver, o propósito das nossas entrevistas é o de testar não só o raciocínio jurídico, mas e principalmente, o lado prático do candidato, bem assim como a sua inteligência emocional e sociabilidade”, explicou António Villacampa.

O co-sócio diretor da Uria Proença de Carvalho recomenda, antes de tudo, aos candidatos que acalmem “os nervos e a ansiedade”. “É importante que o candidato seja

fiel a si próprio, que não tente apresentar-se como alguém que não é”, aconselha.

Sugere, ainda, que “os candidatos façam por conhecer a firma para a qual vão ser entrevistados e estejam bem informados sobre as principais notícias da atualidade, além de tentarem aproveitar os momentos oportunos da entrevista para revelar os aspetos da sua personalidade que consideram adequados para a firma a que se estão a candidatar”.

Conhecer a sociedade de advogados para que se vai candidatar é, obviamente, importante.

“É essencial conhecer a sociedade para a qual se vai candidatar, realizando trabalho de research. Esse aprofundamento é importante e deve ficar refletido na entrevista”, destacou Mafalda da Costa Pereira.

Acrescenta, também, a importância de o candidato “ser genuíno e honesto, respondendo de forma direta, segura e sucinta às questões colocadas”.

“Os candidatos devem demonstrar especial interesse sobre o lugar a que se candidata, e preparar-se para colocar questões específicas e pertinentes”, diz. ●

OPINIÃO

Ensinar o direito no século XXI



JOSÉ DE FARIA COSTA

Director da Faculdade de Direito da ULHT

Declinemos o problema em duas interrogações. Primeira: será que podemos ensinar o direito, enquanto emanção da Justiça? Segunda: e o direito, enquanto disciplina do espírito, enquanto gramática, enquanto métrica, medida, ou geometria variável do justo pode ser ensinado? Respondamos.

Se defendêssemos a relatividade das coisas de forma absoluta, ao jeito de Protágoras, seria, evidente, dizer-se que poderíamos ensinar o “justo” tal como é possível ensinar a fazer umas sandálias. Porém, o “justo”, tal como o “belo” e o “bom” não se podem ensinar, muito embora a sua conceptualização entre no leito amniótico da cultura de um povo e, assim, seja interiorizado por todos, desde que nascemos. Mais do que ensinar o que é o “justo”, as Faculdades de Direito devem partir da sua existência, devem partir do dado, e criticamente, sem detença, debatê-lo em todas as variações históricas, horizontes ou metamorfoses.

Todavia, tendo em conta a finalidade destes dizeres, parece-nos que é no segundo patamar da declinação que devemos centrar a nossa atenção.

Assim, o direito, enquanto disciplina do espírito, tem uma gramática própria, uma medida de que não abdica e uma geometria variável que é sua. Vejamos. A gramática definimo-la como dogmática ou doutrina com os seus elementos ou categorias que ao longo dos séculos se foram sedimentando (o que é, por exemplo: dolo; direito subjectivo; propriedade; mera posse; Estado; autarquia; imposto; taxa; litisconsórcio; negócio jurídico; etc., etc.). A medida é-nos dada pela conduta humana ou por tudo aquilo que pode ser equiparado ao humano agir (por exemplo: pessoa humana; pessoa colectiva de direito privado ou de direito público; casamento). A geometria variável devemos encontrá-la, ilustremo-lo minimamente,

na proibição da analogia relativamente à norma incriminadora, nas noções de espaço e de tempo, na variação dos prazos de prescrição ou das penas (molduras penais abstractas), na irretroactividade da norma penal e fiscal.

E tudo isto levado a cabo com que elementos? Com normas que podem ser princípios, regras e axiomas. Nada mais. Daí o fascínio do direito. Com apenas três elementos ou categorias construímos belas catedrais góticas que servem a humanidade. Por isso é bom não esquecer e sempre ensinar que o direito não é uma disciplina da razão teórica. É uma disciplina da razão prática que, além de tudo, se define a si própria. Existe para servir tudo o que é humano, seja na dimensão individual, seja na compreensão colectiva. De sorte que, contrariando uma visão muito corriqueira e arraigada, mesmo no mundo jurídico, é incorrecto dizer-se ou propugnar um ensino teórico do direito em contraposição a um ensino prático do direito. O ensino do direito faz-se, dizendo e mostrando a quem o aprende, com o horizonte global de uma disciplina da razão prática. Daí a sedução do direito. Uma sedução geométrica, com medida e com gramática. Mas sedução. ●

É bom não esquecer e sempre ensinar que o direito não é uma disciplina da razão teórica. É uma disciplina da razão prática que, além de tudo, se define a si própria. Existe para servir tudo o que é humano, seja na dimensão individual, seja na compreensão colectiva



CATÓLICA
FACULDADE
DE DIREITO

ESCOLA DO PORTO

Mestrados e Pós-Graduações em Direito

Construa o seu caminho

Pós-Graduações

Direito da Família
Empresária

Direito dos Valores
Mobiliários e Direito
Bancário

Direito e Tecnologia

Direito das Sociedades
Comerciais

Direito Imobiliário

Direito Aduaneiro
Internacional

Negociação, Mediação e
Resolução de Conflitos

Direito Administrativo

Interdisciplinar em Direitos
Humanos

Direito do Trabalho e da
Segurança Social

Organização e Gestão no
Futebol Profissional

Direito Intelectual

Mestrado em Direito

CANDIDATURAS ABERTAS

Área de Direito Privado

Área de Direito Criminal

Área de Direito da
Empresa e dos Negócios

Área de Direito
Internacional e Europeu

Área de Direito Fiscal

Área de Direito
Administrativo

Área de Direito do
Trabalho

*Personalize o seu plano
de estudos - escolha entre
mais de 100 disciplinas e
seminários.*

Mestrado em Direito e Gestão

CANDIDATURAS ABERTAS

Saiba mais
fd.porto.ucp.pt

Candidaturas
candidaturas@porto.ucp.pt



ENTREVISTA JORGE PEREIRA DA SILVA Diretor da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da UCP

“O Estado de Direito precisa como nunca de juristas fiéis aos seus valores tradicionais”

Ética, globalização e digitalização são três os grandes desafios que o ensino do Direito enfrenta neste momento, diz Jorge Pereira da Silva, Diretor da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da UCP.

ALMERINDA ROMEIRA
aromeira@jornaleconomico.pt

A Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Católica abandonou os exames em papel, transferindo-os para uma plataforma digital. Além deste novo e inovador passo, Jorge Pereira da Silva, o Diretor da Escola, destaca a oferta formativa que cobre toda a fileira da licenciatura ao LL.M., a internacionalização que já leva 15 anos e as suas parcerias, quer com prestigiadas firmas de advogados quer com universidades estrangeiras de topo mundial.

Como vê o futuro do ensino do Direito? Que desafios se colocam?

Parece-me que o desafio do ensino do Direito é triplo. Primeiro, a globalização do Direito em múltiplas áreas, tanto no plano material quanto processual. Definitivamente, os espaços privilegiados de produção e aplicação do Direito ultrapassam hoje as fronteiras dos Estados nacionais. Em segundo lugar, a interação tecnológica, decorrente em larga medida da transformação digital. A tecnologia sempre constituiu um fator de stresse para o Direito, mas a diferença agora é que algumas tecnologias – em particular, no domínio da inteligência artificial – ameaçam fazer trabalho jurídico. Nuns casos tomando decisões jurídicas, noutros avaliando ou medindo resultados. Antes, a tecnologia era um desafio externo, que o Direito tentava enquadrar. Agora está a entrar dentro do próprio Direito.

E, finalmente, há que considerar o desafio ético de manter a fidelidade dos juristas à justiça e ao rigor na análise dos factos. Num mundo em que emergem fenómenos populistas e em que a verdade está tantas vezes afastada do espaço público, a preservação do Estado de Direito precisa como nunca de juristas fiéis aos seus valores tradicionais.

O que está a Faculdade de Direito da Universidade Católica a fazer para se adaptar aos desafios colocados pela digitalização?

A transformação digital na nossa Escola não foi conduzida pela Covid-19. Há muito que estava tomada a decisão de quebrar o paradigma tradicional do “curso de papel e lápis”. Nesse sentido, já tínhamos abandonado os exames em papel, transferindo-os para uma plataforma digital, com inúmeras vantagens. Por um lado, permite aos professores fazer uma correção muito mais rigorosa e objetiva e efetuar uma análise completa dos resultados. Por outro lado, todos os alunos têm acesso à correção das provas que realizam, percebem onde falharam e aprendem com os erros. Foi um enorme salto qualitativo em matéria de avaliação, que eu saiba sem precedentes em Portugal.

Da mesma forma, a avaliação dos professores pelos alunos, no quadro do nosso Plano de Qualidade, ou o controlo de plágio também já

eram efetuados com o apoio de ferramentas digitais.

Como reagiu a escola ao primeiro confinamento? Como correram as aulas nestes 15 meses que levamos de pandemia?

Quando veio o primeiro confinamento, em março do ano passado, as primeiras aulas online foram dadas duas horas depois de o campus encerrar e 48 horas depois os horários de todas as cadeiras estavam a ser cumpridos na íntegra. Nem um dia de aulas se perdeu, os calendários foram respeitados e os alunos tiveram resultados em linha com os de anos anteriores.

No início deste ano letivo, por sua vez, com o nosso projeto B-Law@Católica – um modelo de ensino “blended” adaptado ao ensino do Direito, que tem uma componente prática muito importante – veio então uma revolução pacífica das metodologias de lecionação, com a produção de conteúdos assíncronos (por exemplo “podcasts” e vídeos) e de outros materiais de apoio ao processo de aprendizagem dos alunos.

A oferta formativa da Escola de Direito da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa cobre todas as vertentes desde a licenciatura ao doutoramento. Em concreto, quantos mestrados oferece a escola?

Temos neste momento seis programas de mestrado: Direito e Gestão; Forense; Empresarial; Fiscal; Administrativo; e o MTL – Master of Transnational Law. Mas é de facto importante sublinhar a completude da nossa oferta. Não só temos programas conferentes de grau académico nos três ciclos do ensino superior – licenciatura, mestrado e doutoramento –, como oferecemos formação de executivos, como cursos de pós-graduação e cursos intensivos.

O Mestrado em Direito e

Gestão juntou há 15 anos num curso pioneiro a Faculdade de Direito e a Faculdade de Economia, Católica-Lisbon, da Universidade Católica. Quais são os principais fatores de diferenciação face à concorrência que, entretanto, despontou?

Sim, o nosso Mestrado em Direito e Gestão já tem 15 anos. Foi o primeiro a surgir em Portugal, em parceria com Católica-Lisbon SBE e com um desenho absolutamente inovador pela congruência que, em cada matéria, estabelece entre a componente jurídica e a componente de gestão.

E não temos estado parados. Todos os anos temos afinado a combinação de cadeiras, introduzido novos conteúdos e reforçado o corpo docente. O programa foi reacreditado o ano passado pela A3ES, sem condições, e está pronto para responder a todos os desafios do mercado nos próximos anos.

Este ano surgiu de facto no mercado um terceiro mestrado em Direito e Gestão. Mas o Direito e a Gestão parecem continuar separados, numa espécie de regime de “apartheid”, um semestre em cada lado. Só o tempo dirá se se consegue afirmar.

Creio que, na perspetiva dos alunos, é sempre preferível apostar em programas com provas dadas, tanto no domínio académico como em matéria de empregabilidade. Programas novos não são necessariamente programas inovadores.

Que lugar ocupam as pós-graduações no portefólio da Escola?

É um lugar de crescente relevância. Consolidámos a oferta nos últimos anos nas áreas de maior procura, como as sociedades comerciais, a contratação pública e a fiscalidade. E desenvolvemos novas ofertas em áreas como o imobiliário, a energia, o desporto, a saúde ou a proteção de dados – neste último caso em parceria com a Católica-Lisbon SBE.

“

A transformação digital na nossa Escola não foi conduzida pela Covid-19. Há muito que estava tomada a decisão de quebrar o paradigma tradicional do “curso de papel e lápis”





Assinatura

A pandemia criou também a oportunidade para novas iniciativas, porque os impactos jurídicos são brutais. Nos contratos, na insolvência, no laboral e por aí fora. Logo no primeiro confinamento, fizemos aliás um curso de acesso livre sobre esses impactos, cobrindo todas as áreas mais relevantes. Também faz parte da nossa missão. E vamos sair seguramente da pandemia com programas mais flexíveis, adaptados a um público que é simultaneamente muito exigente em termos de qualidade e com pouco tempo.

Qual é o nível de compromisso da Escola de Direito com as principais sociedades de advogados portuguesas?

Muito forte. Por um lado, enquanto Faculdade não pública, a nossa responsabilidade é dupla: para com os alunos e suas famílias, mas também para com os nossos recrutadores. Por razões diferentes, uns e outros confiam na exigência e qualidade da formação que ministramos e nós tudo fazemos para continuar a merecer essa confiança. Ela é o centro do nosso trabalho.

Por outro lado, temos tido o privilégio de contar com o apoio direto de sociedades em vários domínios da nossa atividade, como o patrocínio de programas de mestrado e LL.M. ou de pós-graduações, o apoio financeiro à investigação jurídica, a atribuição de prémios de excelência, etc. A VdA Chair in Digital Governance é certamente o exemplo mais eloquente desse compromisso recíproco.

Quando se iniciou e qual o nível de internacionalização da Escola neste momento?

Iniciámos o nosso processo de internacionalização há cerca de 15 anos. A Católica Global School of Law foi fundada em 2009, para acolher os programas internacionais. Hoje, em coerência com essa nossa opção, para além dos três LL.M. conhecidos – International Business Law, Law in a European and Global Context e Law in a Digital Economy – temos oferta internacional nos três ciclos do ensino superior: licenciatura, mestrado e doutoramento.

Integrado na licenciatura, os nossos alunos podem fazer o TLC-Transnational Law Curriculum. O MTL - Master of Transnational Law permite aos alunos de LL.M. obter o grau de mestre, à luz da lei portuguesa. E correm em paralelo dois programas de doutoramento: em português e em inglês.

Quem são os vossos principais parceiros além fronteiras?

Quanto a redes internacionais, somos fundadores da Law Schools Global League e, mais recentemente, fomos convidados a integrar a European Law School Network, lado a lado com o King's, Humboldt, La Sapienza, Paris Panthéon-Assas e Amsterdão. Estas redes, assim como outras parcerias bilaterais, abrem um sem fim de oportunidades para os nossos alunos. ●



Universidades Lusíada

Lisboa e Norte (Porto)

1.º ciclo Licenciaturas

CRIMINOLOGIA Porto

DIREITO (*) Lisboa e Porto

RELAÇÕES INTERNACIONAIS Lisboa e Porto

POLÍTICAS DE SEGURANÇA Lisboa

2.º ciclo Mestrados

CONTRATOS PÚBLICOS Lisboa

CRIMINOLOGIA Porto

DIREITO Lisboa e Porto

RELAÇÕES INTERNACIONAIS Lisboa e Porto

SEGURANÇA E JUSTIÇA Lisboa

3.º ciclo Doutoramento

DIREITO Lisboa e Porto

Masters

POLÍTICA INTERNACIONAL Porto

SEGURANÇA INTERNACIONAL E GLOBALIZAÇÃO Lisboa

Pós-graduações

DIREITO DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS Porto

DIREITO DO TRABALHO Porto

DIREITO DOS REGISTOS E NOTARIADO Lisboa

DIREITO IMOBILIÁRIO Lisboa

DIREITO LABORAL DESPORTIVO Lisboa e Porto

DIREITO REGISTRAL E NOTARIAL Porto

Prémio de Mérito • Licenciaturas e Mestrados Integrados
Propina de 1000 € / ano para estudantes com média de acesso igual ou superior a 14 valores

Alumni Lusíada
Descontos para antigos estudantes e seus familiares

Protocolos com mais de 100 organizações
Descontos para associados, cônjuges e filhos em economia comum

Bolsas • Estudantes externos com licenciatura obtida em Portugal • 2.º ciclo • Mestrados
Redução de 40% nas propinas para estudantes com média igual ou superior a 14 valores

Duração dos cursos:

1.º ciclo: 3 anos | (*) 1.º ciclo DIREITO: 4 anos | 2.º ciclo: 2 anos | 3.º ciclo: 3 anos

Lisboa

Rua da Junqueira, 188-198
1349-001 Lisboa
Tel.: 213 611 500
E-mail: info@lis.ulusiada.pt
www.lis.ulusiada.pt

Norte (Porto)

Rua Dr. Lopo de Carvalho
4369-006 Porto
Tel.: 225 570 800
E-mail: info@por.ulusiada.pt
www.por.ulusiada.pt





Unsplash

ALMERINDA ROMEIRA
aromeira@jornaleconomico.pt

O mestrado poderá ser o passo seguinte para o jovem recém-licenciado que quer alargar os conhecimentos ou para o profissional que está inserido no mundo do trabalho e quer manter-se atualizado. Em Portugal, a oferta é rica. As temáticas são várias, tal como os propósitos e os destinatários.

Só na NOVA School of Law, que integra a Universidade Nova de Lisboa, existem seis mestrados na área do Direito. São todos lecionados em inglês e têm aulas presenciais.

O Mestrado em Direito e Mercados Financeiros, classificado pela Eduniversal entre os melhores da Europa Ocidental, foi criado no ano letivo 2015/2016, fruto de uma parceria inovadora entre duas escolas da Universidade: a NOVA Information Management School (NOVA IMS) e a NOVA School of Law. “Atrair talento que ambiciona preparar ou consolidar uma carreira internacional nos mercados financeiros” é o seu propósito. O curso dá a quem o frequenta a oportunidade de “conhecer e interagir com as principais instituições financeiras portuguesas e europeias, nos setores público ou privado”, “ganhar experiência prática por via de um estágio numa instituição financeira”, e “beneficiar de uma experiência internacional numa universidade de topo na Europa”, através da associação da NOVA School of Law à prestigiada Rede Themis. No mesmo ano nasceu o Mestrado em Direito e Economia do Mar. É coordenado por uma profunda conhecedora do sector: Assunção Cristas, professora da NOVA School of Law, ministra da Agricultura e do Mar entre 2011 e 2015.

Mais antigos são o Mestrado em Direito e o Mestrado em Direito e Segurança. No caso deste último trata-se de uma formação especializada sobre matérias de Direito e Segurança, numa ótica multidisciplinar e integrada. Objectivo? Proporcionar conhecimento aprofundado das questões nesta área em diferentes domínios: político, geoestratégico, militar, económico e jurídico. Já o Mestrado em Direito integra uma Especialização em Direito Internacional e Europeu e uma Especialização em Direito e Tecnologia. Por fim, o Mestrado em Direito e Gestão da NOVA junta as escolas que o oferecem e coordenam: a NOVA School of Law e a Nova SBE.

Da Lusíada a Coimbra

O Direito é uma área com grande tração na Universidade Lusíada, cuja oferta formativa conferente de grau é composta pelos tradicionais três ciclos: licenciatura, mestrado e doutoramento. Em concreto, a Faculdade de Direito oferece dois programas de segundo ciclo: Mestrado em Contratos Públicos e Mestrado em Direito. Ambos com a duração de dois anos: o primeiro deles de carácter curricular; o outro, destinado ao desenvolvimento da

dissertação. O Mestrado em Direito, por seu turno, comporta quatro variantes: Jurídico-Civilísticas, Jurídico-Empresariais, Jurídico-Criminais e Jurídico-Políticas.

“Um sinal que sempre marcou a Universidade Lusíada, especialmente a sua Faculdade de Direito, foi o carácter acentuadamente prático que, desde o início, se pretendeu imprimir à formação por ela proporcionada”, explica José González, Director da Faculdade e coordenador da licenciatura em Direito, ao Jornal Económico. Daí a existência de uma série de protocolos com entidades ligadas ao exercício de diversas profissões jurídicas. No próximo ano lectivo, a Faculdade vai reforçar a sua oferta de pós-graduações, especializações e cursos livres, adianta-nos o seu Director.

Por seu turno, a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra apresenta dois programas: Mestrado em Direito e Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses. A língua de leção é o português, mas Rui Dias, professor da Faculdade de Direito da UC e coordenador do 2.º Ciclo de Estudos em Direito, diz ao Jornal Económico que são frequentes as participações de professores convidados de prestigiadas Universidades estrangeiras e nesses casos é usado o inglês. Com 300 vagas divididas por sete áreas de especialização, o Mestrado em Direito oferece um curso de maioritariamente composto por unidades curriculares anuais, que privilegiam o regime de seminários e a avaliação através da realização de “working papers”.

A participação ativa dos estudantes na investigação jurídica é incentivada em Coimbra. O Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses proporciona a todos os graduados em Direito uma especialização direcionada quer para o exercício das profissões forenses tradicionais, quer para o desenvolvimento de qualquer atividade profissional na área jurídica.

Segundo Rui Dias, a advocacia é uma das saídas profissionais mais comuns destes ciclos de estudos, para além das magistraturas judicial e do ministério público, diplomacia, funcionalismo público autárquico, entre outros. ●

FORMAÇÃO ESPECIALIZADA

Mestrado: o passo seguinte para aumentar conhecimentos

Além do Direito ‘tout court’ são várias as áreas de especialização oferecidas pelas Universidades de Coimbra, Nova de Lisboa e Lusíada nos seus programas de mestrado. O JE foi conhecer a oferta.

O mestrado poderá ser o passo seguinte para o jovem recém-licenciado que quer alargar os conhecimentos ou para quem já está no mercado de trabalho e quer manter-se atualizado



JusNet

**Faça como nós:
encontre de forma
eficiente e eficaz**



Apoio à resolução de processos e consultas com **soluções certas e seguras**.



Notícias de última hora com **relevância jurídica**.



Tarefas desempenhadas em menos tempo com o auxílio da pesquisa semântica, utilização de critérios cumulativos de pesquisa, **comparação de versões** de vigência, etc.



Utilização produtiva dos recursos: toda a **informação atualizada** diariamente (legislação, jurisprudência, instruções administrativas, minutas, referências bibliográficas e artigos disponíveis com texto completo).



ENSINO

Diálogo interdisciplinar do Direito pode ser melhorado

Necessidades de formação têm acelerado, pela generalização pós-graduações e pela exigência de especialização, diz vogal do conselho geral da Ordem dos Advogados.

SOLUÇÕES DE INFORMAÇÃO JURÍDICA

Publicações digitais para juristas estão em crescimento

A Wolters Kluwer tenciona manter a estratégia de produção, edição e publicação de conteúdos em formato digital.

ALMERINDA ROMEIRA
aromeira@jornaleconomico.pt

“A oferta de cursos de formação na área do direito vai de mãos dadas com a oferta de informação jurídica”, diz Florbela Jorge, *Country Manager* da Wolters Kluwer Portugal, ao *Jornal Económico*. E evoluiu em sentido convergente com a opinião dos seus clientes e das sugestões baseadas nas suas necessidades diárias. “A oferta de soluções de informação jurídica evoluiu todos os dias e muito dependente da transformação social, económica, política, etc., quer a nível nacional quer a nível mundial”, adianta.

As circunstâncias excepcionais que vivemos atualmente devido à pandemia da Covid-19 suspenderam, por assim dizer, o contacto físico da editora com os seus clientes, devido às medidas rigorosas de segurança e de proteção da saúde impostas a todos os trabalhadores, porém sem qualquer impacto junto do mercado dado que a Wolters Kluwer não tem canais de distribuição.

As publicações são todas em formato digital e estão ao alcance de um clique por parte dos seus clientes. “Pensamos manter a estratégia de produção, edição e publicação de conteúdos em formato digital”, adianta Florbela Jorge.



FLORBELA JORGE
Country Manager da
Wolters Kluwer Portugal

RICARDO SANTOS FERREIRA
rsferreira@jornaleconomico.pt

O ensino do Direito em Portugal tem evoluído de forma positiva, com mais oferta e uma maior adaptação às necessidades do mercado, mas pode haver ainda melhorias, nomeadamente em áreas que foram ganhando peso na sociedade. “Há um diálogo interdisciplinar que pode ser melhorado”, afirma Catarina Monteiro Pires, vogal do conselho geral da Ordem dos Advogados (AO), em declarações ao *Jornal Económico* (JE).

“O diálogo mais avançado é o que existe entre Direito e Gestão”, refere, acrescentando que, “se pensarmos nas engenharias e em sistemas de informação, ainda há aproximações por descobrir”.

Catarina Monteiro Pires diz que o ensino do Direito em Portugal é de qualidade e evoluiu significativamente nas últimas décadas. “As alterações trazidas pelo ‘processo de Bolonha’ implicaram uma mudança da estrutura curricular. Ao mesmo tempo, surgiram ofertas formativas com maior vocação prática. Creio, ainda, que Portugal apresenta um ensino universitário do Direito cada vez mais cosmopolita, sobretudo a nível pós-graduado”, justifica.

Para a também professora auxiliar da Faculdade de Direito de Lisboa a oferta de formação especializada para os profissionais da advocacia responde, em larga medida, às necessidades. Aponta, também, que “há uma formação que só pode ser obtida e sedimentada na vida prática, depois de uma formação teórica universitária, de base sólida. Neste plano, há um papel formativo muito relevante da Ordem dos Advogados, tal como do CEJ [Centro de Estudos Judiciários], para os que tomam essa opção”.

“Nas faculdades, as pós-graduações e mestrados são cada vez mais talhados à medida das necessidades do mercado, nomeadamente da advocacia”, sublinha.

A vogal do conselho geral da

Ordem dos Advogados concorda que a necessidade de formação da advocacia tem acelerado e a oferta respondido ao desafio. Isto, “não só pela generalização dos estudos pós-graduados como parte da formação dos juristas, como pela exigência de especialização, cada vez maior”, refere Monteiro Pires.

“A oferta de conhecimentos é também gigante. Falando agora como professora, e não como vogal do conselho geral da Ordem dos Advogados, a internet oferece um acesso ilimitado a livros e informação de estudo, em ‘tempo real’. Ensinar, hoje, não é ‘transmitir’ conhecimento disponível por outras vias, tem de ir além disso. A capacidade de problematização, sistematização e análise crítica tornam-se chave”, afirma.

Esta necessidade, considera que é uma tendência que se manterá, inerente à atividade. “Há sempre mais para fazer, o Direito é uma área dinâmica, o (bom) jurista nunca pode deixar de estudar”, sustenta. “O advogado tem também sempre casos novos, que lhe exigem renovar as bases adquiridas”, conclui. ●



CATARINA MONTEIRO PIRES
Vogal do Conselho Geral
da Ordem dos Advogados

cia, doutrina administrativa, minutas, referências bibliográficas e artigos disponíveis com texto completo).

A Wolters Kluwer fornece informação, software e serviços com propostas de ideias inovadoras e soluções inteligentes para pessoas que integram profissões reguladas. Se o seu core business está no seu slogan “when you have to be right”, a sua evolução depende do estado da arte dos avanços científico-tecnológicos para poder disponibilizar os instrumentos com os melhores conteúdos.

As suas soluções de informação jurídica mais vendidas são JusNet e Smarteca. ●

FÓRUM

ESPECIALIZAÇÃO ABRE PORTAS E PERMITE ESCOLHER MELHOR ONDE SE QUER TRABALHAR

Escolas de Direito e sociedade de advogados coincidem nos argumentos: um Mestrado em Direito ou um LL.M. consolida um curriculum e aumenta probabilidade de ser bem sucedido no mercado de trabalho. **ALMERINDA ROMEIRA**

1 QUE OPORTUNIDADES PROPORCIONA UM LL.M. A QUEM O FAZ?



TERESA ROCHA
Diretora de Recursos Humanos da CCA Law Firm

Consideramos que a obtenção de Mestrado ou LL.M é, de facto, relevante.

1. O domínio de línguas estrangeiras, o conhecimento de outras culturas e o interesse por aprender e aprofundar conhecimentos são valências, naturalmente, muito valorizadas. A CCA não se demite daquela que considera, também, ser sua obrigação: a de permitir que o estagiário desenvolva as suas capacidades e cresça intelectual e juridicamente na Sociedade. O LL.M. é uma mais valia na formação do jovem advogado, potenciando a sua sensibilidade jurídica, capacidade de resposta e de desenho de complexas soluções ou transações, realidades que certamente enfrentará na sua vida profissional. Trata-se de uma formação jurídica avançada, muito especializada e que melhor posiciona o advogado para o exercício da função.

3. Temos conhecimento que a maioria das instituições de referência, tanto públicas, como privadas mantiveram os seus programas ainda que em moldes e calendários diferentes dos habituais, optando por um sistema de aulas em regime blended, com idas às instalações sempre que necessário, em regime espelho ou de 1/3 de capacidade, de modo a garantir o distanciamento de segurança recomendado. Ainda assim, equacionamos a possibilidade de

2 QUE OPORTUNIDADES PROPORCIONA UM MESTRADO EM DIREITO A QUEM O FAZ?



ALEXANDRA COURELA
Sócia da Abreu Advogados

1. Embora as oportunidades dependam do tipo de LL.M. e da instituição que se frequenta, tipicamente um LL.M. proporciona a especialização numa matéria ou área de prática, a exposição a novos temas e novas metodologias para a resolução de problemas, para além de experiência internacional, networking e uma maior fluência na língua inglesa. É potenciada a probabilidade de prosseguir uma carreira internacional e de escolher melhor a organização onde se quer trabalhar. Tipicamente, este tipo de experiência contribui para aumentar a maturidade do candidato e a sua capacidade de adaptação a novos desafios. O conhecimento e os skills adquiridos são naturalmente valorizados por organizações como a Abreu Advogados. Atualmente com a oferta de LL.M em Portugal (que não existia há uns anos) é possível optar por esta especialização continuando a trabalhar no escritório e, por isso, na Abreu Advogados todos os anos temos, pelo menos, um colega a fazer um LL.M. De qualquer forma, na minha opinião e por experiência pessoal (o meu LL.M foi feito na London School of Economics), a possibilidade de, no decurso de uma vida profissional muito preenchida e exigente, podermos tirar um ano para aprendermos e experienciarmos

3 QUE CONSEQUÊNCIAS ESTÁ A TER A PANDEMIA DA COVID-19 NA PROCURA DESTE TIPO DE PROGRAMAS EM PORTUGAL?

outras realidades é um privilegio que devemos agarrar se tivermos oportunidade.

3. Por um lado, pode limitar a presença no campus de alunos internacionais. Por outro lado, potencia a possibilidade de participação remota. Por último, a aceleração da digitalização trazida pela pandemia torna mais premente adaptar os conteúdos formativos à nova realidade. Dito isto no processo de recrutamento para estágio profissional que a Abreu Advogados promoveu no final de 2020 com vista ao recrutamento para 2021 sentimos uma diminuição significativa dos candidatos que tencionavam fazer um LL.M recebendo mais candidaturas de licenciados que pretendiam iniciar imediatamente o seu estágio profissional. Na maioria das situações a justificação para esta nova realidade prendia-se com a incerteza que sentiam no futuro, as dificuldades financeiras e consequente necessidade de entrar imediatamente no mercado de trabalho e também a frustração de estarem a fazer este investimento num contexto em que perderiam parte da experiência (componente social).

almedina.net

ESTUDAR FICOU MAIS FÁCIL

CRIE UMA ESTANTE VIRTUAL, COM OS MANUAIS QUE PRECISA



POWERED BY VITAL SOURCE

ESPECIAL ESCOLAS DE DIREITO: FORMAÇÃO DO FUTURO



GONÇALO SARAIVA MATIAS
Diretor da Católica Global School of Law

1. Um LL.M. proporciona uma formação inovadora e internacional, preparando os juristas para a prática do direito num contexto Global. É também uma excelente forma de cultivar o networking internacional bem como de conseguir novas oportunidades profissionais.

3. A pandemia provocou um aumento da procura. Na verdade – e já o tínhamos sentido em 2011 – em alturas de crise as pessoas procuram investir na sua formação porque sentem que essa é a melhor forma de superarem a crise que todos atravessamos.



JOÃO SÉRGIO RIBEIRO
Diretor do LL.M. da Escola de Direito da UMinho, inv. do JusGov

1 No que respeita ao nosso LL.M., os alunos adquirem as competências oferecidas em algumas das mais reputadas universidades mundiais, como direito fiscal, económico, da concorrência, dos contratos e comercial (todos com foco internacional), mas podem ainda estudar o direito relativo ao investimento em Angola, Brasil, Índia, China e EUA, por exemplo. São países com os quais Portugal tem relações históricas, culturais e comerciais. Na parte final do curso há ainda seminários sobre os últimos desenvolvimentos nesta área científica, como o direito espacial, das telecomunicações e da arbitragem internacional, a contratação eletrónica, a diplomacia, o cibercrime, a propriedade intelectual, o investimento e os direitos humanos. Ou seja, damos competências técnicas muito específicas e diferenciadas, mas ainda assim de grande abrangência, incluindo experiência internacional multicultural, domínio do inglês jurídico e soft skills como a preparação de dossiês, o rigor, a capacidade de trabalho, a gestão do tempo e a cooperação.

3. Adaptamo-nos muito bem, apesar da incerteza gerada na pandemia. Houve candidaturas de alunos de quatro continentes e com currículos relevantes. Temos poucas vagas por opção. Isso dá unidade no grupo e grande proximidade aos docentes dos vários países, imprescindível para uma experiência única face a outros programas. Preparamos os graduados para novos desafios e oportunidades de um mundo cada vez mais integrado e competitivo.



ASSUNÇÃO CRISTAS
Prof. da NOVA School of Law e C. Mestrado Direito e Economia do Mar

2. A NOVA School of Law possui uma oferta de Mestrados heterógena e focada na internacionalização, pelo que seis dos cursos são lecionados na língua inglesa e abrangem diferentes áreas do Direito, designadamente: Mar; Segurança; Tecnologia; Mercados Financeiros; Gestão; Direito Internacional e Europeu. Todos os cursos estão estruturados numa abordagem profundamente interdisciplinar e visam estimular a capacidade crítica. Nos casos específicos do Mestrado em Mercados Financeiros e Direito e Gestão, o grau é conjunto com outras escolas da NOVA, nomeadamente com a IMS e SBE, respetivamente.

Os estudantes dos nossos mestrados dispõem de um ambiente internacional e diverso do ponto de vista de formações de base e de percursos profissionais. Para além de atraírem estudantes estrangeiros, provenientes de diversas geografias – neste momento, contam com candidatos oriundos de 30 países distintos - o ensino em inglês facilita aos estudantes portugueses o desenvolvimento da sua atividade profissional em ambientes internacionais, seja a partir de Portugal, seja em qualquer parte do mundo. No Mestrado em Direito e Economia do Mar, por exemplo, a mudança para inglês permitiu acentuar a vocação global dos temas e contar com estudantes de múltiplas geografias. Interdisciplinaridade, internacionalização, inovação permanente e foco nos grandes desafios do nosso tempo são as marcas fortes da NOVA School of Law. Os estudantes que frequentam os mestrados da NOVA School of Law ficam dotados das ferramentas críticas para desenvolverem atividade profissional nas várias áreas específicas e, mais importante, saem preparados para serem agentes de mudança positiva no mundo.

3. A pandemia poderá ter algum impacto na retração da procura externa, mas estamos confiantes de que, com a melhoria do contexto nacional e internacional, será possível ir recuperando e alargando os bons níveis já alcançados.



ROGÉRIO FERNANDES FERREIRA
Advogado, ex-secretário de Estado sócio-fundador da RFF & Advogados

1. Os programas LL.M. Legum Magister ou Mestre de Leis são programas do segundo ciclo de estudos em Direito com uma vertente jurídica vincadamente internacional e que se destinam a proporcionar aos licenciados a obtenção do grau de Mestre, e, principalmente, uma visão bem mais global e contemporânea da realidade jurídica, num mundo despido de fronteiras. O ensino do Direito era marcado por uma dimensão quase exclusivamente nacional, em Portugal como na generalidade dos países. Embora o nosso ordenamento jurídico tenha a sua génese noutros sistemas, em particular no direito alemão ou francês e no direito romano, o diálogo entre as ordens jurídicas não é frequente fora das discussões, de cariz mais doutrinário, que são desenvolvidas nos meios académicos. Ora é, através destes programas de estudo que os juristas vão sendo dotados de um maior grau de adaptabilidade à internacionalização nas suas carreiras e em função dos seus próprios objetivos e ambições individuais e tomando essa opção, os juristas mais jovens levam consigo um importante contributo do ordenamento português para a realidade jurídica internacional contemporânea, revelando também a qualidade do direito que existe no nosso país.

3. Embora possa ser cedo para tirar conclusões, a procura deste tipo de programas de estudos em Portugal não diminuiu, quer da parte dos estudantes portugueses, quer da parte dos estudantes oriundos de outros países, tanto mais que os cursos online passaram a proliferar. O perfil e o ranking das universidades portuguesas têm também vindo a crescer no estrangeiro, o que nos indicia que a procura internacional por estes programas não tem senão margem para crescer... Quanto ao impacto da pandemia em Portugal, embora profundo, foi felizmente sendo controlado e é inferior ao sentido noutras regiões do mundo, o que poderá fazer com que mais estudantes estrangeiros escolham sem receio o nosso país para aprofundar os seus conhecimentos, colocando Portugal no mapa do conhecimento jurídico.



MANUEL FONTAINE
Director da Escola do Porto da Faculdade de Direito da UCP

2. Para além de o acesso às magistraturas judiciais e do Ministério Público pressupor a detenção do grau de mestre, o mestrado em Direito pode proporcionar uma oportunidade de especialização que é muito valorizada no mercado de trabalho, designadamente da advocacia. Por regra, os estudantes que terminam a licenciatura em Direito, onde obtiveram uma formação de banda larga, procuram realizar o mestrado ainda antes da entrada no mercado de trabalho, de modo apresentarem vantagem comparativa face aos concorrentes e utilidade imediata para os seus empregadores. Por isso, é fundamental que o mestrado ofereça oportunidades de especialização, nalguma das grandes áreas do Direito: Privado, Criminal, Empresa e Negócios, Trabalho, Fiscal, Administrativo, Internacional e Europeu... Por outro lado, e naturalmente, a realização do mestrado em Direito numa universidade reconhecida pela sua qualidade favorece o graduado no mercado de trabalho.

3. Em 2020, sentiu-se uma diminuição da procura de estudantes estrangeiros, tendo-se mantido a dos estudantes nacionais. Neste ano, na 1ª fase de candidatura para 2021/22, registou-se um aumento de 55% da procura, quer entre estudantes nacionais, quer entre os estrangeiros. Há claramente uma confiança acrescida na diminuição dos constrangimentos provocados pela pandemia no próximo ano.



DOMINGOS PEREIRA DE SOUSA
Subdirector da Faculdade de Direito da Univ. Lusófona HT

2. Os tempos que vivemos são extraordinariamente complexos e instáveis, em ambiente de generalizada crise económica e social, agravada por um insustentável nível de desemprego. Os problemas da crescente deslocalização das empresas e da mobilidade das pessoas emigradas e refugiadas colocam novos problemas de direitos humanos à escala global, que carecem de respostas solidárias de integração a nível local. O Mestrado em Direito constitui, hoje, a oportunidade para aprofundar os conhecimentos e desenvolver o espírito analítico e crítico, permite a especialização e habilita os

diplomados com competências teóricas e práticas adequadas ao exercício das mais diversas profissões em que ter um Mestrado em Direito é requisito de acesso, como acontece nas diversas carreiras forenses. Mas, fazer estudos avançados é igualmente útil e cada vez mais necessário ao exercício profissional eficiente na advocacia, na gestão das empresas e das organizações e na carreira diplomática. Na carreira docente, o Mestrado constitui o primeiro passo na definição consistente do percurso académico.

3. A pandemia da Covid-19 tem provocado o aumento da procura, em Portugal, de programas de estudos avançados, quer de Mestrado, quer de Pós-graduações, com destaque para a procura por parte de cidadãos oriundos do mundo lusófono, em especial do Brasil, Angola e Cabo-Verde.

A necessidade de preparação em Direito Comparado e o conhecimento sobre a organização e funcionamento do Direito em Portugal e na União Europeia têm-se revelado como determinantes ao nível das motivações na procura deste tipo de programas.



RUI DIAS
Coordenador do 2.º Ciclo de Estudos em Direito da FDUC

2. Os nossos Mestrados, fruto das características ímpares de uma escola com mais de setecentos anos, vêm conseguindo aliar a tradição à inovação. Com acesso a uma biblioteca – afinal, o nosso “laboratório” – que se situa entre as melhores bibliotecas jurídicas, aliando recursos físicos vastos e cada vez mais recursos digitais, com acesso às principais bases de dados jurídicas, os Estudantes têm a oportunidade de investigar em todas as áreas jurídicas especializadas, de desenvolver a sua capacidade de construção teórica original, de conceber soluções novas e de aprender a interpretar e resolver problemas complexos em realidades multidisciplinares, sempre acompanhados por um corpo docente que dispensa apresentações.

3. A Faculdade adaptou-se rapidamente às novas circunstâncias impostas pela pandemia, movendo a sua oferta para o ambiente digital e/ou misto assim que tal se tornou necessário. O êxito dessa adaptação é mensurável pelo grau de satisfação dos nossos Estudantes, que, eles próprios, vêm sendo parte da solução e não do problema, como é típico da comunidade académica coimbrã. Também os Estudantes internacionais continuam interessados nos nossos programas, como é visível pelos pedidos de informação que vamos recebendo, razão por que contamos com a manutenção do elevado nível de procura a que nos temos habituado.



JOSÉ A.R.L. GONZÁLEZ
Director da Faculdade de Direito da Universidade Lusófona

2. O mestrado em Direito não constitui, em geral, um requisito de acesso ao exercício das mais diversas profissões jurídicas. Salvo no que toca: (i) à magistratura – judicial ou do Ministério Público –, quando os candidatos concorrerem através da chamada via académica, caso em que deverão ser titulares do grau de mestre ou doutor (<http://www.cej.mj.pt/cej/forma-ingresso/ing-formacao.php>); (ii) à carreira académica sempre que a obtenção do grau de doutor dependa exclusivamente da prévia conclusão do mestrado (o que se apresenta como regra).

Em todo o caso, mesmo quando a conclusão do mestrado não apareça como condição de acesso ao exercício de alguma profissão jurídica, aqueles que o obtenham dispõem, naturalmente, de maiores e melhores oportunidades de emprego. Seja qual for a entidade empregadora, mas especialmente tratando-se de sociedades de advogados, a titularidade de um mestrado em Direito constitui factor preferencial de contratação.

3. Ao contrário do que poderia julgar-se, aumentou a procura de oferta formativa em Direito, tanto no que respeita à licenciatura como no que concerne ao mestrado. Seja por as oportunidades de emprego terem sofrido alguma redução, seja por as pessoas terem passado a dispor de mais tempo livre, seja por procurarem mudar de carreira profissional ou de nela terem decidido apostar mais intensamente, é agora maior o número de inscritos em mestrados jurídicos.



JOSÉ FERREIRA GOMES
Coordenador exec. do Mestrado em Direito e Gestão da FDUL

2. O Mestrado é uma aposta na formação profissional e no desenvolvimento dos conhecimentos adquiridos na licenciatura. Dependendo do tipo de mestrado, o aluno pode encontrar um curso mais direccionado para a preparação para o exercício de uma profissão (como é o caso do Mestrado em Direito e Prática Jurídica, do Mestrado em Direito e Prática Jurídica Europeia e do Mestrado em Direito e Gestão da FDUL), ou para a investigação científica (como será o caso do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica da FDUL). Para mais

informações, a FDUL irá realizar em breve o Open Day dos Mestrados e do Doutoramento, que terá lugar no dia 2 de junho às 14h30, através da plataforma Zoom.

3. A pandemia da Covid-19 não afetou a procura do Mestrado em Direito e Prática Jurídica, pois o número de candidatos na 1.ª fase, ainda a decorrer até final do mês de junho, já suplanta largamente as vagas disponíveis, o que se refletirá seguramente numa melhoria do nível médio dos futuros alunos. Na oferta pós-graduada que regista normalmente um número mais significativo de candidatos estrangeiros (como será o caso do Doutoramento e do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica), a Faculdade tem sido questionada por interessados sobre as condições de funcionamento no próximo ano letivo, dadas as incertezas sobre a evolução da crise pandémica em distintos países. Mas a FDUL continua a registar uma elevada taxa de interessados na sua ofertas pós-graduada.



MAFALDA CASTELO BRANCO
Directora de Recursos Humanos da SRS Advogados

1. A principal oportunidade que o LL.M. proporciona a quem o faz, tratando-se de formação avançada numa área específica do Direito, é claramente a especialização. Sendo um programa internacional, o LL.M. promove ainda o contacto com profissionais de diversas áreas geográficas, proporcionando conhecimento das novas tendências do mercado jurídico global. Para a SRS, fundada sob o foco da internacionalização, profissionalização e especialização, a realização de LL.M é muito valorizada. Todos os colaboradores são encorajados a actualizar regularmente os seus conhecimentos e a consolidar competências, dispondo de uma política de formação que fomenta e comparticipa a realização deste tipo de programas.

3. Acredito que inevitavelmente as limitações impostas pela pandemia da Covid-19, em particular na mobilidade geográfica, faça com que a procura deste tipo de programas em Portugal, por parte de Advogados Estrangeiros, tenha diminuído significativamente. No entanto, esta mesma limitação faz com que a procura destes programas em Portugal tenha aumentado por Advogados Portugueses.



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

faculdade
direito

1º CICLO
LICENCIATURA
DIREITO

2º CICLO
MESTRADO
DIREITO

3º CICLO
DOUTORAMENTO
DIREITO



LUSÓFONA
FACULDADE
DE DIREITO

imagina
o teu futuro

Linha direta
para o teu futuro

WhatsApp 963 640 100 217 515 500 @ info@ulusofona.pt @u.lusofona.pt

www.ulusofona.pt



CATOLICA
FACULDADE DE DIREITO
ESCOLA DE LISBOA



CATOLICA
Global
School of
Law

A statement
of excellence

Direito Global

Para uma carreira sem fronteiras

Law in a European
and Global
Context

LL.M.

Law
in a Digital
Economy

LL.M.

International
Business
Law

LL.M.

Parceiros

Abreu:
advogados



MORAIS LEITÃO
GALVÃO TELES, SOARES DA SILVA
& ASSOCIADOS

PLMJ

VdA VIEIRA DE ALMEIDA VdA Academia

Candidaturas abertas!

www.caticalaw.fd.lisboa.ucp.pt
catolica.law.sede@ucp.pt

